

---

# Transformação social e modo de produção: do sistema pré-industrial ao sistema capitalista de produção

Alexandre Shigunov Neto<sup>1</sup>  
Lizete Shizue Bomura Maciel<sup>2</sup>

**Resumo:** A opção pelo tema *Transformação social e a sociedade capitalista*, num primeiro momento, justifica-se pelo interesse em tentar compreender algumas questões relacionadas com as transformações sociais ocorridas durante o processo de implantação do modo de produção capitalista a partir do século XV; para num segundo momento, estudar como as transformações processadas na organização do trabalho produtivo tiveram impacto sobre o homem.

**Palavras-chave:** Transformação social; Modo de produção capitalista; Trabalhador.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A opção pelo tema *Transformação social e a sociedade capitalista*, num primeiro momento, justifica-se pelo interesse em tentar compreender algumas questões relacionadas com as transformações sociais ocorridas durante o processo de implantação do modo de produção capitalista a partir do século XV; para num segundo momento, estudar como as transformações processadas na organização do trabalho produtivo tiveram impacto sobre o homem. Dessa maneira, se tomará como referência a análise da Grã-Bretanha<sup>3</sup>,

precursora do movimento capitalista e de acordo com Friedrich Engels, a

Inglaterra é o país clássico desta revolução que foi tanto mais poderosa quanto mais silenciosamente se fez. É por isso que a Inglaterra é também o país clássico para o desenvolvimento do principal produto desta revolução: o proletariado. É só na Inglaterra que o proletariado pode ser estudado em todos os seus aspectos e relações (ENGELS, 1985, p.11).

Ao longo do presente trabalho estará implícito o conceito de “transformação social”, que designará o processo amplo, complexo e lento de mudanças que ocorrem, principalmente pelo surgimento de novas necessidades dos homens. Isso significa dizer que, esse período estudado foi repleto de transformações, em todos os níveis da sociedade.

Pressupondo-se que o modo de produção adotado pela sociedade exerça influência sobre o modo de viver dos homens, para este trabalho segmentou-se a história, segundo o modelo de produção adotado: a

<sup>3</sup> O termo Grã-Bretanha que utilizamos ao longo desse texto significa a complexa estrutura política, econômica e social, comumente chamada de Reino Unido, e formada pela Inglaterra, pela Escócia e pelo País de Gales.

sociedade pré-industrial; a sociedade industrial, representada pelo sistema de produção capitalista.

Por sociedade pré-industrial, considera-se o período de transição entre o modo de produção feudal e o modo de produção capitalista. Segundo Paul Sweezy (1983), o “modo de produção pré-capitalista de mercadorias”, prevaleceu na Europa ocidental durante os séculos XV e XVI. Contudo, cabe aqui uma distinção fundamental, esse momento trás em si aspectos do modo de produção feudal, bem como do modelo de produção em construção, o modo de produção capitalista.

A sociedade industrial ou sociedade capitalista caracteriza-se fundamentalmente pela compra feita pelo capitalista – que é o homem que detém os instrumentos e o local de trabalho - da força de trabalho do trabalhador. O advento do modo de produção capitalismo torna-se evidente, por momentos decisivos, tais como: as transformações políticas e sociais ocorridas no século XVII; a revolução industrial no final do século XVIII e início do século XIX, que se mostrou principalmente de importância econômica.

Portanto, a expansão do capitalismo foi um processo lento, irregular e com imensos conflitos, mas que foi conseguido em função da somatória de diversos fatores. Entre os quais se destacam: a privação dos

trabalhadores de qualquer possibilidade de subsistência, a não ser o trabalho assalariado; a preocupação com a organização e o controle do trabalho; uma profunda revolução cultural; uma metódica e rígida política repressiva contra os trabalhadores que se negavam a aceitar as novas relações sociais impostas; a institucionalização de mecanismos oficiais – através de leis, decretos e documentos oficiais - que tinham como função inserir os indivíduos nas novas relações de produção de forma a amenizar os conflitos, então existentes, conseguido inicialmente pelo serviço militar e mais tarde pela escola.

## O MODO DE PRODUÇÃO NO SÉCULO XV

O declínio do sistema feudal não pode ser considerado com sendo resultante de um único fator, mas sim, da somatória de uma série de fatores, que juntos determinaram o declínio do sistema feudal, enquanto sistema de produção, e o nascimento do sistema capitalista. Dessa maneira, esvazia-se a afirmativa que tenha sido a ampliação do mercado uma condição suficiente para o declínio do sistema feudal.

O processo de declínio do sistema feudal ocorreu de forma lenta e gradativamente e foi resultante da ineficiência do feudalismo enquanto sistema de produção capaz de satisfazer as necessidades de uma

sociedade crescente, com “novas” necessidades, pela cobiça cada vez maior dos setores dominante, pelos conflitos internos no antigo modo de produção e pelo crescimento das cidades mercantis.

Foi um período de transição entre o declínio de uma sociedade e o nascimento de uma “nova sociedade”, verifica-se, assim, que a forma de viver, pensar e agir dos homens começam a se transformar, não sendo mais a mesma, ou seja, a prática social que sustentava a sociedade feudal está em declínio, não sendo mais aceita pela sociedade.

O crescimento das cidades mercantis e do comércio exigiram uma nova forma de trabalho, e, por extensão um “novo homem”, diferente do homem feudal, um homem preocupado agora consigo mesmo e com a sua subsistência, possuidor de novas habilidades e conhecimentos.

Esses mesmos valores do “novo homem” contribuirão para o acirramento dos conflitos internos no modo de produção feudal. Conflitos estes que, também desencadearão as condições propícias para a formação e implantação do sistema de produção capitalista.

O surgimento de novas carências e a incapacidade do sistema feudal em satisfazer as exigências produtivas dessa sociedade em crescimento contribuiu para seu fracasso. Diante dessa inépcia e das exigências de um “novo modelo de

produção” que pudesse suprir as necessidades físicas dos homens é que tem início o processo de implantação do sistema de produção capitalista.

Partindo do pressuposto de que o capitalismo, enquanto modo de produção, se caracteriza pela subordinação direta do trabalhador assalariado ao capitalista, poder-se-á

datar a sua fase inicial na Inglaterra, não no século XII como faz Pirene (que pensa principalmente na Holanda), nem mesmo no século XIV com seu comércio urbano e ligas artesanais como fizeram outros, mas na segunda metade do século XVI e início do século XVII, quando o capital começou a penetrar na produção em escala considerável, seja na forma de uma relação bem amadurecida entre capitalista e assalariados, ou na forma menos desenvolvida de subordinação dos artesãos domésticos que trabalham em seus próprios lares para um capitalista chamado “sistema de trabalhar caseiro (DOBB, 1971, p.31).

Dessa forma, a maneira como o trabalho excedente foi apropriado pelos detentores do poder diferiu nos diversos momentos da história, estando diretamente ligados ao uso de diversos métodos de produção e diferentes níveis de produtividade.

O senhor feudal encontrava uma grande dificuldade para auferir maiores rendimentos, pois a única maneira viável era através do tempo de trabalho do servo, no entanto, em função da baixa produtividade não podia aumentar essa exploração da força de

trabalho, que estava quase em seu limite. Assim, a solução encontrada foi reduzir o nível mínimo de subsistência do servo e a degradação cada vez maior da força de trabalho, que tendia a cada dia produzir menos.

Segundo Mariano F. Enguita (1989), o sistema feudal, enquanto modelo de produção não era tão eficaz quanto possa parecer, pelos altos custos e pela baixa produtividade e complementa, supondo que o sistema de produção assalariado é mais vantajoso, em termos de produtividade e custos, para o capital do que sua forma antecessora.

Cabe aqui uma observação, mesmo após esse processo de transformação e de implantação do modo de produção capitalista, logo após a Revolução Industrial durante algum tempo ainda encontra-se vestígios do antigo sistema de produção feudal na nova sociedade. Fato representado, fundamentalmente, pela produção e por uma população essencialmente agrícola e num comércio relativamente pequeno. É o contraste entre duas sociedades, uma em decadência, a sociedade feudal e outra em ascensão, a sociedade capitalista.

## O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

De acordo com Marx (1987), o modo de produção capitalista apresenta duas fases: o período manufatureiro e o período da

indústria moderna, caracterizado pela introdução da maquinaria e o surgimento das fábricas.

Segundo Marx (1987), a manufatura, caracterizada pelo exercício dos ofícios dos trabalhadores em único local pertencente ao capitalista, representa o marco inicial da sociedade e predomina como forma característica do modo de produção capitalista aproximadamente entre meados do século XVI e XVIII. O período manufatureiro tem duas origens: a forma complexa - onde trabalhadores de diferentes ofícios executam suas atividades; a forma simples - formado pela aglomeração de trabalhadores do mesmo ofício. Portanto, a manufatura é o período em que os trabalhadores apesar de venderem sua força de trabalho ao capitalista, ainda exercem seus ofícios de forma manual, ou seja, atuam sobre uma realidade objetiva que é o trabalho.

A maquinaria emerge no seio do período manufatureiro, o período manufatureiro vai preparar e proporcionar as condições favoráveis ao advento da fábrica. O processo de industrialização não é um processo fortuito e sem propósito, não ocorre de forma natural, mas surge justamente com o propósito de reduzir custos e aumentar o lucro do capitalista como bem explica Marx,

[...] não é esse o objetivo do capital, quando emprega maquinaria. Esse emprego, como qualquer outro desenvolvimento

da força produtiva do trabalho, tem por fim baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. A maquinaria é meio para produzir mais valia (MARX, 1987, p.424).

Portanto, o processo de industrialização e de introdução da maquinaria no processo produtivo teve seu impulso com a Revolução Industrial.

A Revolução Industrial constitui um importante episódio da história da humanidade, caracterizado basicamente pela transformação da sociedade feudal para a sociedade capitalista. Foi uma transformação social, econômica, política e cultural radical e díspar, que ocorreu gradativamente, com início no século XVIII, na Grã-Bretanha e se espalhou posteriormente por toda a Europa.

Apesar da Revolução Industrial ter produzido transformações importantes e sofisticadas nos processos produtivos, suas transformações iniciais foram extremamente simples, como demonstra Hobsbawm,

[...] a tecnologia da manufatura de algodão era pois bastante simples e, como veremos, também era simples a maioria das restantes mudanças que, coletivamente, constituíram a “Revolução Industrial”. Exigiam pouco conhecimento científico ou qualificação técnica além de que dispunha um mecânico prático do começo do século XVIII. Na verdade, quase não se

exigia também energia a vapor, pois embora a fabricação de algodão tenha adotado logo a nova fonte de energia, e em maior grau de outras atividades (exceto a de mineração e a metalúrgica), ainda em 1838 um quarto de suas necessidades energéticas era suprida por fontes hidráulicas. A razão pra isso não era nem inexistência de inovação científica nem falta de interesse dos novos industriais pela revolução técnica. Pelo contrário, as inovações científicas abundavam e era rapidamente aplicadas a problemas práticos por cientistas que ainda se recusavam a fazer a ulterior distinção era o pensamento “puro” e o “aplicado”. E os industriais absorviam essas inovações com grande rapidez, onde fossem necessárias ou vantajosas, e, acima de tudo, aplicavam um rigoroso racionalismo a seus métodos de produção, o que caracteriza sempre uma era científica (HOBSBAWM, 1979, p.56).

Ao analisarmos esse processo de industrialização desencadeado no século XVIII, mas que teve suas bases fundamentadas muito antes, é necessário compreender que, tal processo só foi desencadeado em função das necessidades evidentes e latentes da sociedade e da vinculação, a partir desse momento histórico, da vida humana ao trabalho assalariado.

Para Hobsbawm (1979), as três categorias fundamentais do processo de consolidação da industrialização na Grã-Bretanha foram as exportações, o mercado interno e a atuação do Governo. As exportações que foram impulsionadas e subsidias de forma sistemática e agressiva pelo Governo foram

consideradas, juntamente com a produção têxtil de algodão, o setor básico do processo de industrialização britânico. O processo de urbanização e seu mercado interno propiciaram condições favoráveis para uma economia industrializada em grande escala, na medida em que o processo de industrialização aumentava a demanda pelos produtos ingleses em seu mercado interno. Desse modo, o incentivo às exportações proporcionava melhorias no transporte marítimo, já o mercado interno impulsionava o transporte terrestre. O papel do Estado nesse processo foi fundamental, principalmente incentivando e financiando a inovação técnica e o desenvolvimento das indústrias de bens de capital e de consumo.

Portanto, a transformação do modo de produção feudal para o capitalista na Grã-Bretanha somente foi possível em virtude de seu mercado interno ser um excelente e crescente mercado consumidor dos produtos britânicos, de seu mercado externo ser muito mais dinâmico e seguro e pelo papel desempenhado pelo governo nesse processo.

A primeira fase da Revolução Industrial Britânica (1750-1860), foi baseada na indústria têxtil. Apesar do algodão perder sua força aproximadamente duas décadas após o início do processo industrialização, sua importância é evidenciada por Hobsbawm, ao afirmar que

o algodão deu o tom da mudança industrial e foi o esteio das

primeiras regiões que não teriam existido se não fosse a industrialização e que expressaram uma nova forma de sociedade, o capitalismo industrial, baseada numa nova forma de produção, a “fábrica” (HOBSBAWM, 1979, p.53).

A segunda fase da Revolução Industrial Britânica (1873-96), marca uma nova fase do industrialismo, que proporcionaria alicerces muito mais consistentes para o crescimento econômico, sendo baseada nas indústrias de bens de capital, no carvão, no ferro e no aço. Foi durante esse período que ocorreu a conhecida Grande Depressão, período marcado pela intranqüilidade e estagnação da economia britânica. Contudo, e apesar de ser mais evidente na Grã-Bretanha, foi um fenômeno mundial, atingindo em graus diferenciados os demais países. Sua importância revela-se fundamentalmente no fato de a Grã-Bretanha deixar de ser a precursora do movimento de industrialização, passando a ser “apenas” uma das maiores potências mundiais. É o fim da era denominada de “fase britânica de industrialização” e o início de uma nova, conhecida como “fase do imperialismo”.

As transformações ocorridas nesse processo de industrialização, iniciado na Grã-Bretanha, implicou em mudanças na vida do homem, enquanto trabalhador e ser produtivo a serviço do capitalista. Ou seja, a transformação de uma sociedade feudal em uma sociedade capitalista irá exigir um novo modelo de homem e

conseqüentemente um novo modelo de trabalhador, com novas exigências e conhecimentos.

## O SISTEMA DE PRODUÇÃO FABRIL E O TRABALHADOR

Na análise sobre as implicações que o modelo de produção capitalista impôs aos trabalhadores levar-se-á em conta a perda de autonomia do trabalhador na execução de suas funções, ou seja, a separação entre saber e fazer nas relações sociais de trabalho.

Pode-se considerar que o século XIX foi o período de consolidação do modelo de produção capitalista. O seu desenvolvimento ocorreu, fundamentalmente pela exploração e degradação do trabalho, ou então, pelo estado de miséria por qual passava a classe operária. Contudo, ao longo de seu crescimento, o capitalismo atravessa por algumas crises, durante as quais se intensifica ainda mais o estado de depauperamento e de fome da classe trabalhadora.

O homem a partir da implantação do modo de produção capitalista, passa a ser visto apenas como agente produtivo, e não mais enquanto ser com sentimentos, desejos e necessidades próprias. É uma profunda e radical transformação social, em todos os níveis, e principalmente no modo de viver do homem. Seus costumes e a prática social têm que ser alterados para atender aos

“novos” interesses da sociedade, ou seja, para atender aos interesses do capitalista e das fábricas.

Esse processo de transformação, tido por muitos como “evolução” da organização do trabalho somente se concretizou após muitos conflitos entre o trabalhador e capital. Comumente tendemos sempre a ter

a organização atual do trabalho e nossa atitude frente ao mesmo são coisas recentes e que nada têm a ver com “a natureza das coisas”. A organização atual do trabalho e a cadência e sequenciação atuais do tempo de trabalho não existiam em absoluto no século XVI, e apenas começaram a ser implantadas precisamente ao final do século XVIII e início do século XIX. São, pois, produtos e construtos sociais que têm uma história e cujas condições têm que ser constantemente reproduzidas. A humanidade trabalhadora percorreu um longo caminho antes de chegar aqui, e cada indivíduo deve percorrê-lo para incorporar-se ao estágio alcançado (ENQUITA, 1989, p.04).

O processo de organização do processo produtivo para atender às necessidades das fábricas é um processo gradativo, sendo destacáveis as seguintes fases: na primeira, o capitalista com sua força econômica e política consegue expropriar o trabalhador de sua terra ou de seu trabalho independente; numa segunda, após retirar a única forma de subsistência do trabalhador, o capitalista o transforma em assalariado e subordinado a ele; na última, ocorre a divisão manufatureira do trabalho, com a subordinação real e completa do trabalhador ao capital. Assim,

consolida-se o processo de apropriação pelo capitalista do processo e do produto do trabalho executado pelo trabalhador.

As tradições, valores e a cultura das civilizações nas economias de subsistência foram um grande obstáculo para sua consolidação e para o recrutamento de mão-de-obra para as fábricas. Como considera Enguita (1989, p.42)

essa aversão para o trabalho fabril fez com que uma massa ingente de camponeses e artesãos expulsos por meios econômicos ou extra-econômicos de suas terras ou de seus ofícios preferisse viver de seus parentes e conhecidos, da caridade pública ou do nada a alistar-se como assalariados. Os vagabundos e os pobres, no sentido mais amplo de ambos os termos, converteram-se no pesado dos séculos XV a XIX. Para alguns eram a expressão mais clara e a consequência mais grave da dissolução da velha ordem; para outros, uma massa de indigentes que se negava a trabalhar. De qualquer forma, tornavam-se um elemento dissonante em uma sociedade que necessitava de forma crescente de regularidade e estabilidade nos hábitos de trabalho. Para eles colocou-se em ação uma coleção de sagas legislativas em todos os países, que começaram com fins assistenciais e terminaram por converter-se em uma agressiva política de mobilização da mão de obra.

As transformações no modo de produção e nas relações sociais de trabalho têm implicações diretas sobre a vida, no comportamento dos trabalhadores e sobre a própria educação deles.

A introdução da maquinaria fez com que houvesse uma reestruturação na organização do processo produtivo, que conseqüentemente afetou a vida dos trabalhos de forma drástica e radical.

Engels (1985) nos apresenta o modelo de trabalhador e a maneira como:

os trabalhadores viviam uma existência em geral suportável e levavam uma vida honesta e tranqüila, em tudo piedosa e honrada; a sua situação material era bem melhor que a dos seus sucessores; não tinham necessidade de se manter, de trabalhar, não faziam mais do que desejavam e, no entanto, ganhavam para as suas necessidades e tinham tempo livre para um trabalho são no jardim ou no campo, trabalho que era para eles uma forma de descanso, e podiam, por outro lado, participar nas distrações e jogos do seus vizinhos; e todos esses jogos, malha, bola etc., contribuía para a manutenção da sua saúde e para o seu desenvolvimento físico (ENGELS, 1985, p.12).

O trabalhador agrícola, que habita no campo, apresenta características e um estilo de vida diverso dos trabalhadores industriais, pois a revolução industrial foi

reduzindo inteiramente os trabalhadores ao papel de simples máquinas, arrebatando-lhes os últimos vestígios de atividade independente, mas incitando-os, precisamente por essa razão, a pensar em exigir uma posição digna de seres humanos (ENGELS, 1985, p.13-14).

Engels (1985), apesar de reconhecer que a vida dos camponeses ingleses era mais

saudável e mais tranqüila, não a considera uma vida digna, pois falta a esses homens a preocupação com o mundo que os rodeia. Portanto, para Engels o grupo social em condições de lutar por seus direitos, por uma vida digna e pela transformação necessária – a transformação das relações sociais de produção -, é o proletariado. Pois a partir do momento em que, perderem sua possibilidade de ascensão social, tornando-se um grupo social estável, adquirem as condições necessárias para lutarem por melhores condições de vida e de trabalho.

Nesse sentido, tornava-se para os camponeses muito difícil adaptar-se às novas condições de trabalho da fábrica. Acostumados ao trabalho ao ar livre, aos ritmos sazonais, aos abundantes dias de festa, a poder abandonar as tarefas a qualquer momento, em suma, a seguir seu próprio ritmo em vez de um calendário, um horário e um ritmo impostos, não podiam deixar de sofrer um violento choque. Por isso se negavam a acudir às fábricas e, quando se viam forçados a fazê-lo, não era raro que desertassem em massa, mesmo em momentos já avançados da industrialização.

Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, com as reivindicações dos trabalhadores, enfim, em função das necessidades de uma regulamentação do trabalho, principalmente, nas fábricas surgiram por volta da década de 1860 as primeiras legislações trabalhistas. Juntamente com a regulação

do trabalho e de suas condições, surgiu também

a partir de 1871 obtiveram até o primeiro reconhecimento legal do lazer não-religioso, o descanso semanal. No entanto, de modo geral, seus salários e suas condições de trabalho dependiam dos contratos que conseguiam estabelecer com os patrões, sozinhos ou através de seus sindicatos (HOBBSAWM, 1979, p.143).

O fato de a Grã-Bretanha, nesse período histórico, ser considerada um país, essencialmente de trabalhadores possibilitou o surgimento do sindicalismo. Uma conquista importante dos trabalhadores que possibilitou minimizar as precárias condições de trabalho oferecidas, entretanto, esta conquista apenas foi conseguida à base de muitas lutas e reivindicações,

[...] no começo da década de 1870, o sindicalismo foi aceito e reconhecido oficialmente, nos lugares onde haviam logrado firmar-se. Graças à estrutura arcaica da economia britânica, esse reconhecimento ocorreu não apenas para os artífices qualificados de ocupações manuais (como, por exemplo, pedreiros, alfaiates, impressores etc), como também no coração das atividades básicas, como as tecelagens de algodão e as minas de carvão, bem como no grande complexo de fabricação de máquinas e navios, atividades nas quais a parte maior do trabalho qualificado continuou a compor-se essencialmente de artífices. Ainda assim, *aquele reconhecimento não atingia mais que uma pequena minoria dos trabalhadores britânicos, excetuadas algumas localidades e alguns ofícios* (HOBBSAWM, 1979, p.143-144).

As condições de vida dos trabalhadores começou a melhorar em função de alguns fatos, tais como: as exigências da classe trabalhadora por melhores condições de vida, e para abafar as manifestações e insatisfações dos trabalhadores; e a classe trabalhadora tornou-se em uma opção de mercado consumidor para os capitalistas

a sobrevivência das condições de indústria domiciliar e manufábrica na segunda metade do século XIX teve consequência importante para a vida e população industriais que raramente vemos examinarem. Ela significava que só na última quadra do século a classe trabalhadora começou a tomar o caráter homogêneo de um proletariado fabril. Antes disso, a maioria dos trabalhadores mantinha as marcas do período anterior de capitalismo, tanto em seus hábitos quanto em seus interesses: a natureza da relação de emprego e as circunstâncias de sua exploração (DOBB, 1971, p.325).

Portanto, o “progresso” ao invés do que seria o modo socialmente aceito e pretendido, não proporciona de forma igualitária a todos membros da sociedade os mesmos benefícios. E sim, os benefícios advindos desse “progresso” tornam-se privilégios de uma pequena parcela da sociedade.

Os benefícios que o “progresso” pode proporcionar à sociedade devem ser igualmente distribuídos a todos os seus membros, há necessidade de proporcionar democraticamente o usufruto de tais benefícios para todas as classes sociais,

sem distinção alguma. Só assim, poderemos afirmar que a ciência e seu “progresso” não são privilégios e sim direitos de todos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar o presente artigo acreditamos que tenhamos conseguido demonstrar que o sistema de produção capitalista atendeu e atende aos interesses de um setor social minoritária, os detentores do capital e que os objetivos dos setores nunca poderiam, nesse modelo de produção, serem atingidos conjuntamente.

As transformações nas relações de produção aliadas às circunstâncias político-sociais ocorridas no seio da sociedade, decorrentes também da implantação do modo de produção capitalista foram profundas e contribuíram para aumentar a pobreza e miséria dos cidadãos.

Enquanto que durante o período feudal o trabalho dos homens, era o trabalho agrícola e de subsistência, já no período de crescimento das cidades mercantis e do comércio o trabalho passa a ser considerado como uma forma de obtenção de lucro e de riqueza.

O trabalho é a categoria social que exerce influência sobre a vida dos homens, ou seja, o trabalho enquanto categoria de análise influenciará o modo de vida e a forma de ser e pensar dos homens.

As desigualdades sociais existentes hoje em nossa sociedade tiveram início no século XV com a introdução do sistema de produção fabril e a divisão do trabalho. Portanto, à medida que a ordem burguesa vai se estabelecendo e fortalecendo fica evidente as contradições desse período – ao mesmo tempo em que há um aumento da produção de riqueza pela introdução da maquinaria e o trabalho assalariado nas fábricas, também ocorre um aumento da pobreza.

O desenvolvimento, ou como muitos preferem chamar de “progresso”, conseqüente do sistema capitalista não estava e ainda não está disponível para todas as pessoas, principalmente para a classe trabalhadora, apenas algumas podem usufruir plenamente de seus benefícios, os detentores do capital.

O modo de produção capitalista corroborou para tornar o homem um prisioneiro do capital, do próprio trabalho. Em última instância, a perda de liberdade do homem. Procuramos ao longo do texto, demonstrar, como o significado das palavras “controle”, “regra”, “normas”, “leis” estão arraigadas ao modo de vida capitalista, visando tão somente contribuir para que o capital tenha um controle absoluto sobre a vida dos trabalhadores. Todavia, essa imposição, não ocorre de forma tranqüila, pois é seguida de uma resistência, de uma luta da classe trabalhadora. Nesse momento, fica expressa a contradição social e a luta entre capital X trabalhador assalariado.

Artigo recebido em: 10/08/2005.

Aprovado para publicação em: 03/11/2006.

**Social transformation and way of production: from of the system pre-industrialist to the capitalist system of production**

**Abstract:** The option by the subject *Social transformation and the capitalist society*, at a first moment, is justified by the interest in trying to include/understand some questions related to the happened social transformations during the process of implantation of the way of capitalist production as of century XV. Secondly, to study how the transformations produced in the organization of the productive work had impacted the man.

**Keywords:** Social transformation; Capitalist production; Worker.

**Transformación social y modo de producción: del sistema pre-industrial al sistema capitalista de producción**

**Resumen:** La opción por el tema *Transformación social y la sociedad capitalista*, en un primer momento, se justifica por el interés en intentar comprender algunas cuestiones relacionadas con las transformaciones sociales ocurridas durante el proceso de implantación del modo de producción capitalista a partir del siglo XV. En segundo lugar, estudiar cómo las transformaciones producidas en la organización del trabajo productivo tuvieron impacto sobre el hombre.

**Palabras-clave:** Transformación social; Modo de producción capitalista; Trabajador.

**REFERÊNCIAS**

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1985.

ENGUIITA, Mariano F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

HOBBSAWM, Eric J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 11.ed. São Paulo: DIFEL, 1987. Livro Primeiro. Volume I.

SWEETZY, Paul e outros. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

#### **Sobre os autores:**

<sup>1</sup>*Alexandre Shigunov Neto*

Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM. Especialista em Economia Empresarial pela Universidade Estadual de Londrina.

Administrador formado pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).  
Orientador: Édis Mafra Lapolli  
Email: [shigunov@gmail.com](mailto:shigunov@gmail.com)

<sup>2</sup>*Lizete Shizue Bomura Maciel*

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Mestre em Educação (PUC/SP). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho Docente e Aprendizagem Escolar (GEPAE) e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM).  
Email: [newliz@uol.com.br](mailto:newliz@uol.com.br)

Endereço Postal: Universidade Estadual de Maringá (UEM). Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Departamento de Teoria e Prática da Educação. Av. Colombo, 5790. Jardim Universitário. CEP: 87.020-900 - Maringá/PR, Brasil.